

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 4976/989/18 **Poder** LEGISLATIVO

Município Santo Antônio do Aracanguá

Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO

ARACANGUÁ

Período 04/2018

Relator Dr. Antonio Roque Citadini

Unidade Fiscalizadora UR-01 UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA

Responsável JOSE BERNARDO FIGUEIREDO

Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CPF 095.408.848-45

Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

-	~		, ,	4 •
Р	ักราเรก	no	exercício	anterior

Órgão	Proces	Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ	R\$ 620,19	

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ	R\$ 0.00	R\$ 2.520,19	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Orgão	Proces		Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 420,03

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
4/2017	R\$ 1.382.303,22	R\$ 39.964.991,94	3,4588%	6,0000%
8/2017	R\$ 1.355.769,43	R\$ 40.365.299,06	3,3587%	6,0000%
12/2017	R\$ 1.328.611,37	R\$ 39.765.299,74	3,3411%	6,0000%
4/2018	R\$ 1.324.640,93	R\$ 39.489.477,89	3,3544%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

392,55
\$ 0,00
547,42
54

(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 80.410,21
(=) Liquidez do Período	R\$ 12.434,92
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 1.328.000,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 1.390.434,92
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ -50.000,00

Embora o resultado acima para o período atual apresente superávit, a situação de liquidez projetada para o exercício revela-se desfavorável frente ao adimplemento de compromissos, comprometendo, por conseqüência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, fato esse que merece toda a atenção da Administração, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período	Movimento do Período		Saldo Para o
Nomenciatura	Anterior	Inscrição	Baixa	Período Seguinte
Restos a Pagar Processados	R\$ 620,19	R\$ 0,00	R\$ 620,19	R\$ 0,00
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 1.900,00	R\$ 0,00	R\$ 1.900,00	R\$ 0,00
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 122.500,81	R\$ 90.834,43	R\$ 31.666,38
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 527.674,52	R\$ 512.747,29	R\$ 14.927,23
Total	R\$ 2.520,19	R\$ 650.175,33	R\$ 606.101,91	R\$ 46.593,61

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 14/09/2018 Hora da Geração: 23:20:47